



CÂMARA MUNICIPAL DE MONFORTE

www.cm-monforte.pt

Unidade Orgânica Flexível de Ação Social e Habitação

CANDIDATURA A BOLSAS DE ESTUDO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

(Conforme nº1 do artigo 6º do regulamento para atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior)

Livro de registo: Entrada n.º Processo n.º Registado em:	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	DESPACHO
O Trabalhador		

ANO LETIVO DE

/

Inscrição

Renovação

1 IDENTIFICAÇÃO DO ESTUDANTE
Nome: <input type="text"/>
Morada: <input type="text"/> n.º <input type="text"/> Código Postal: <input type="text"/>
NIF: <input type="text"/> Cartão do Cidadão n.º: <input type="text"/> Nacionalidade: <input type="text"/>
Email: <input type="text"/> Telefone/Telemóvel: <input type="text"/>
FILIAÇÃO:
Nome do Pai: <input type="text"/>
Nome da Mãe: <input type="text"/>

2 ELEMENTOS ACADÉMICOS
Estabelecimento de ensino que frequenta: <input type="text"/>
Curso de: <input type="text"/>
Ano que irá frequentar: <input type="text"/>
TIPO DE CURSO: <input type="checkbox"/> CTPS-Cursos Técnicos Superiores Profissionais <input type="checkbox"/> Licenciatura, <input type="checkbox"/> Mestrado Integrado - Ano Curricular: <input type="text"/>
Obteve aprovação no ano letivo anterior? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Classificação média final de <input type="text"/> valores.
Tem bolsa de estudo concedida por outra instituição? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Valor da bolsa: <input type="text"/>

3 COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR				
n	Nome Completo	Parentesco	Idade	Profissão
1	O Candidato			
2	<input type="text"/>			
3	<input type="text"/>			
4	<input type="text"/>			
5	<input type="text"/>			
6	<input type="text"/>			

HABITAÇÃO: Própria (do candidato) Própria (do agregado familiar) Arrendada
 Outra (especificar)



CÂMARA MUNICIPAL DE MONFORTE

www.cm-monforte.pt

Unidade Orgânica Flexível de Ação Social e Habitação

4 DOCUMENTOS A APRESENTAR E/OU ANEXAR AO BOLETIM DA CANDIDATURA:

A APRESENTAR:

- Cartão de Identificação Anexado (Facultativo)
 Cartão de Contribuinte Anexado (Facultativo)

(Por opção do requerente, para facilitar o processo pode-se anexar fotocópias dos documentos a apresentar)

ANEXAR:

- Certidão de aproveitamento escolar
 Declaração do I.R.S. do ano anterior a que respeita o concurso
 Comprovativo da matrícula
 Nota de Liquidação do I.R.S. do ano Anterior
 Documentação relativas a outras Bolsas de Estudo
 Atestado de residência emitido pela Junta de Freguesia do qual conste o número de anos em que o candidato é residente no concelho de Monforte
 Informação da Junta de Freguesia - composição do agregado familiar
 Autorização de residência em Portugal se se tratar de candidato que não tenha nacionalidade portuguesa
 Outros Documentos (especificar) _____

Declaro que as informações prestadas correspondem à verdade e não omitem qualquer informação relevante. Comprometo-me a prestar todos os esclarecimentos necessários no âmbito do processo de atribuição de Bolsas de Estudo e a respeitar integralmente as normas do respetivo Regulamento.

Monforte, _____

O Requerente

(Assinatura do requerente em conformidade com o cartão de identificação)

A PREENCHER PELOS SERVICOS

Validei a conformidade da assinatura de acordo com o documento exibido e conferi toda a documentação entregue e que consta do processo.

(Assinatura do Funcionário)

Responsável do Procedimento: _____

Telefone: _____ E-mail: _____

OBSERVAÇÕES:





CÂMARA MUNICIPAL DE MONFORTE

www.cm-monforte.pt

Unidade Orgânica Flexível de Ação Social e Habitação

ANÁLISE DA CANDIDATURA

(A preencher pelo júri de candidaturas)

RENDIMENTOS DO AGREGADO FAMILIAR

$$R = (RF - D) / 12 \times N$$

RF =

D =

N =

R =

Critério 01 Rendimento per Capita	Critério 02 Existência de 2 ou + estudantes	Critério 03 Classificação do Ano letivo anterior	Critério 04 Tipo de Curso	Classificação Final
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

CLASSIFICAÇÃO FINAL:

Observações:

Monforte,

O Júri



INFORMAÇÃO SOBRE O RGPD

TRATAMENTO DE DADOS

1. Os dados pessoais recolhidos neste pedido são necessários, única e exclusivamente, para dar cumprimento ao disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), e/ou ao previsto na legislação específica aplicável ao pedido formulado.
2. O tratamento dos dados referidos no ponto 2 por parte do Município respeita a legislação em vigor em matéria de proteção de dados pessoais e foi realizado com base nas seguintes condições:
 - RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO - Município de Monforte;
 - FINALIDADE DO TRATAMENTO - Cumprimento de obrigação jurídica (legislação específica aplicável ao pedido formulado);
 - DESTINATÁRIO(S) DOS DADOS - Serviço municipal com competência para analisar ou intervir no pedido, de acordo com a orgânica municipal em vigor;
 - COMUNICAÇÃO DOS DADOS A TERCEIROS – Não há
 - CONSERVAÇÃO DOS DADOS PESSOAIS - Prazo definido na legislação aplicável ao pedido.
3. Para mais informações sobre as práticas de privacidade do Município consulte o nosso site em www.cm-monforte.pt ou envie um e-mail para epd@cm-monforte.pt
4. Os documentos apresentados no âmbito do presente pedido são documentos administrativos, pelo que o acesso aos mesmos se fará em respeito pelo regime de acesso à informação administrativa e ambiental e reutilização dos documentos administrativos (Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto). Informações sobre tratamento de dados pessoais e consentimento:

PROTEÇÃO DE DADOS – RGPD

Os dados pessoais recolhidos neste documento são exclusivamente necessários para a sua tramitação pelo Município. Em conformidade com o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), abaixo encontra-se a informação sobre o tratamento dos dados pessoais a realizar pelo Município.

Ao titular dos dados pessoais é garantido o direito de acesso, de retificação, de apagamento, de portabilidade, de ser informado/a em caso de violação da segurança dos dados e de limitação e oposição ao tratamento dos dados pessoais recolhidos. O titular dos dados pessoais) tem ainda direito a apresentar reclamação à autoridade de controlo nacional (Comissão Nacional de Proteção de Dados).

Para exercício dos seus direitos, os titulares, poderão: preencher o respetivo formulário nos serviços online, remeter uma mensagem para epd@cm-monforte.pt, ou remeter uma comunicação postal para o endereço postal do Município.

Para mais informações sobre as políticas de privacidade do Município, consulte o nosso site em <https://www.cm-monforte.pt/> ou envie um e-mail para epd@cm-monforte.pt.

O Município de Monforte faz a recolha de imagens de pessoas singulares em atividades realizadas ou organizadas no município com a finalidade de documentar a realização dessas atividades e manter um arquivo de interesse público e faz também a publicação de algumas dessas imagens para as promover junto da comunidade.

O responsável pelo tratamento dos dados pessoais é o Município com os contactos aqui indicados, que designou Encarregado de Proteção de Dados contactável através do email epd@cm-monforte.pt.

O fundamento é o consentimento do titular dos dados para as finalidades específicas de recolha de imagens, e publicação de imagens no website municipal e perfil institucional das redes sociais.

Os destinatários dos dados são indeterminados considerando a finalidade de publicação das imagens no website municipal e perfil institucional das redes sociais.

O prazo de conservação é o necessário à finalidade de tratamento acrescido do prazo previsto na legislação incluindo de arquivo e arquivo de interesse público, ou até que o titular dos dados exerça os direitos de retirar o consentimento e apagamento dos dados.

O titular dos dados pessoais tem os direitos, nos termos e condições definidos legalmente, de acesso aos dados pessoais, retificação, apagamento, limitação do tratamento e de se opor ao tratamento.

Tem ainda o direito de retirar o consentimento em qualquer altura.

Tem ainda o direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo Comissão Nacional de Proteção de Dados.

A comunicação dos dados não constitui obrigação legal ou contratual, nem existem quaisquer consequências da não disponibilização dos dados.